



CÂMARA MUNICIPAL
São Sebastião do Paraíso

Diário Oficial LEGISLATIVO

Ano 2024

Publicado em 13 de novembro de 2024

Edição nº 160

ATAS

ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2024, DA 38ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG.

Aos quatro dias do mês de novembro de 2024, 14 horas, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG, sob a presidência do vereador José Luiz das Graças, do Secretário, o vereador Pedro Sérgio Delfante, 2º Vice-Presidente, o vereador Luiz Benedito de Paula e 2º Secretário, vereador Marcos Antônio Vitorino, com a presença dos ilustres vereadores: Antônio César Picirilo, Lisandro José Monteiro, Maria Aparecida Cerize Ramos, Sérgio Aparecido Gomes e Vinício José Scarano Pedroso, e com a ausência justificada em ofício do Vice-Presidente, vereador Juliano Carlos Reis, realizou-se esta Reunião Ordinária do Poder Legislativo Municipal. Havendo número regimental, o presidente declarou aberta a sessão e convidou o vereador Sérgio Aparecido Gomes para desfraldar o Pavilhão Nacional. Prosseguindo, o presidente colocou em aprovação a Ata da última sessão ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. **CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Ofício nº 268/JCR/2024 do vereador Juliano Carlos Reis sobre ausência da presente sessão ordinária por questões de saúde. Ofício nº 001/2024 de solicitações dos participantes do projeto "Vereador por um dia"; Ofício 013/2024 - PACE do Coordenador do Posto Avançado de Coleta Externa, senhor Adriano Lopes Siqueira, sobre comemoração do dia nacional do doador voluntário de sangue. **INDICAÇÕES: 100/ACP/2024** de autoria do vereador Antônio Cesar Picirilo, solicitando que a Secretaria Municipal competente realize a poda de uma árvore localizada no "Beco" da rua Salles Naves, próximo ao número 27, devido ao risco de danos aos fios de energia elétrica e às residências próximas. **101/MACR/2024** de autoria da vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, solicitando que a Secretaria Municipal competente realize a pavimentação da pista de caminhada no canteiro central da avenida Vereador Alfredo Campolongo, no sentido NOCA, no bairro São Sebastião, visando aumentar a segurança e o bem-estar dos moradores durante a prática de atividades físicas. **102/ACP/2024** de autoria do vereador Antônio Cesar Picirilo, solicitando que a Secretaria Municipal competente realize a retirada dos entulhos depositados nos terrenos baldios localizados na rua Vicente Pimenta de Souza, com a avenida Zezé Amaral. **103/ACP/2024** de autoria do vereador Antônio Cesar Picirilo, solicitando que a Secretaria Municipal competente realize o serviço de limpeza nas margens da BR-491, entrada do bairro Vila XXIII, devido à falta de manutenção que está causando erosão e colocando em risco a segurança dos moradores. **ORDEM DO DIA: NOVOS PROJETOS:** PROJETO DE LEI Nº 5674: Da nova redação ao parágrafo único do art. 19 da Lei Municipal nº 5.125/24, inclui o art. 23-A na mesma lei, extingue cargos e atualiza o Anexo II da Lei Municipal nº 2.987/02 da mesma lei, revoga e atualiza o Anexo IV da mesma lei e dá outras providências. O projeto visa atualizar os Anexos II e IV da Lei Municipal nº 2987/2002 com objetivo de proporcionar maior clareza e segurança jurídica na gestão de pessoal.

Além disso, altera a Lei Municipal nº 5.125/2024 visando preservar os direitos adquiridos pelos servidores públicos que na publicação da lei já haviam cumprido parte dos requisitos necessários para deferimento de sua promoção na carreira. Aprovado. O projeto será encaminhado para a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para pareceres técnicos cabíveis. **PARECER DAS COMISSÕES:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1200: Outorga o título da Ordem do Mérito Municipal à senhora Dulce Aparecida Ribeiro Moraes. Parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Aprovado. A pedido do vereador Pedro Sérgio Delfante, o projeto entrou em pauta com dispensa de interstício para primeira votação e será encaminhado para promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1203: Outorga o título da Ordem do Mérito Municipal ao senhor Leonardo Luiz dos Reis Moraes. Parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Aprovado. A pedido do vereador Pedro Sérgio Delfante, o projeto entrou em pauta com dispensa de interstício para primeira votação e será encaminhado para promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1206: Outorga o título de Cidadão Honorário Paraisense ao pastor Sebastião dos Reis Silva. Parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Aprovado, o projeto estará em pauta para primeira votação. Aprovado. A pedido do vereador Pedro Sérgio Delfante, o projeto entrou em pauta com dispensa de interstício para primeira votação e será encaminhado para promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1207: Outorga o título da Ordem do Mérito Municipal à senhora Patrícia Aparecida Duarte Pedroso. Parecer favorável da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Aprovado. A pedido do vereador Pedro Sérgio Delfante, o projeto entrou em pauta com dispensa de interstício para primeira votação e será encaminhado para promulgação. **PRIMEIRA VOTAÇÃO:** PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1198: Outorga o título da Ordem do Mérito Municipal ao Senhor Raul Marllon Souza Santos, de autoria do vereador Juliano Carlos Reis. Aprovado, o projeto será encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1199: Outorga o título de cidadã honorária paraisense à Senhora Brenda Rosa Lemos, de autoria do vereador Sergio Aparecido Gomes. Aprovado, o projeto será encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1201: Outorga o título de cidadão honorário paraisense ao Senhor Leonardo Caceres Gaspar, de autoria do vereador Juliano Carlos Reis. Aprovado, o projeto será encaminhado à promulgação. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1202: Outorga o título da Ordem do Mérito Municipal ao Senhor Lucas Henrique Domingos da Silva, de autoria do vereador Luiz Benedito de Paula. Aprovado, o projeto será encaminhado à promulgação. Projetos de leis que revogam "in totum" as leis municipais que dispuseram sobre a concessão de direito real de uso de imóveis de propriedade do município: Inclui os seguintes projetos: 5593 - Empresa J.J. Poços Artesianos Ltda-ME; 5596 - Empresa Luiz & Filhos Comércio de Peças Ltda; 5597 - Empresa Jair Rodrigues Ferreira-ME; 5598 - Empresa JJC Soares Indústria de Frutas Pré-Cozidas Ltda-ME; 5599 - Microempreendedor Individual Reginaldo Aparecido Cesário; 5600 - Empresa Transap Logística Ltda-ME; 5601 - Empresa Transportadora Cruzeiro Ltda-ME; 5602 - Empresa FH Oliveira Transportes Ltda-ME; 5603 - Empresa BHB Transportes de Cargas Ltda-ME; 5604 - Empresa Dorival de Castro e Cia Ltda-ME; 5605 - Empresa CP Máquinas e Equipamentos Ltda-ME; 5606 - Empresa Caetano Comércio de Peças Agrícolas Ltda; 5607 - Empresa Bella Cruz Ltda-ME; 5608 - Empresa Zada Turismo Ltda-ME; 5612 - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais - OAB/MG; 5613 - Empresa Carla Roberta Souza e Cia Ltda-ME; 5614 - Empresa BLJ Transportes Ltda-ME; 5615 - Empresa Transganso Ltda-ME; 5619 - Microempreendedora Rosangela Lavez Machado; 5620 - Empresa Silva e Silva Sociedade Ltda-ME, de autoria do Executivo Municipal. Aprovado, com o voto contrário da vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos e Sérgio Gomes. A vereadora justificou seu voto afirmando que somente foi coerente e seguiu o voto pelo arquivamento, tal como fez quando os projetos com o mesmo teor entraram nesta Casa no passado recente. O projeto estará em pauta para 2ª votação. Projetos de leis que revogam "in totum" as leis municipais que dispuseram sobre a doação de imóveis de propriedade do município: Inclui os

seguintes projetos: 5594 - Empresa AWZ Máquinas Ltda; 5609 - Empresa Silveira e P ádua Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda; 5610 - Empresa Raquel Aparecida de Paula; 5611 - 41ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil; 5616 - Empresa Edson Vara Bruschi; 5617 - Empresa Trimaq Máquinas Industriais Ltda, de autoria do Executivo Municipal. Aprovado, com o voto contrário da vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos e Sérgio Gomes. A vereadora justificou seu voto afirmando que somente foi coerente e seguiu o voto pelo arquivamento, tal como fez quando os projetos com o mesmo teor entraram nesta Casa no passado recente. O projeto estará em pauta para 2ª votação. PROJETO DE LEI Nº 5655: Denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Palmira da Costa, de autoria do vereador Pedro Sergio Delfante. Aprovado, o projeto será encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5656: Denomina a praça localizada entre as ruas Edmundo Tiago Machado, Juca Belmiro e Otilia Braia Scarano, Bairro Jardim Itamarati I, de Praça Antônio Medeiros Primo, de autoria do vereador Luiz Benedito de Paula. Aprovado, o projeto será encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5660: Denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Reny Pereira, de autoria do vereador Maria Aparecida Cerize Ramos. Aprovado, o projeto será encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5661: Denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Pedro Rodrigues de Carvalho, de autoria do vereador Pedro Sergio Delfante. Aprovado, o projeto será encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5662: Denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Alfeu Lopes de Miranda, de autoria do vereador Pedro Sergio Delfante. Aprovado, o projeto será encaminhado à sanção. PROJETO DE LEI Nº 5663: Denomina uma via pública ainda sem denominação de Rua Maria Sonia Souza Azevedo, de autoria do vereador Pedro Sergio Delfante. Aprovado, o projeto será encaminhado à sanção. **GRANDE EXPEDIENTE:** O vereador Pedro Sérgio Delfante, em sua fala durante o grande expediente, destacou eventos recentes, uma vez que na semana anterior não houve sessão em virtude das comemorações do aniversário de São Sebastião do Paraíso e do Dia do Servidor Público. Ele relatou sua visita ao Presídio Regional de São Sebastião do Paraíso no dia 24 de outubro, véspera do aniversário da cidade, para a inauguração de uma unidade fabril da empresa Metal Vale dentro da unidade prisional. O vereador enfatizou que esse trabalho foi iniciado há cerca de três anos e agora os primeiros resultados começaram a surgir. Os internos selecionados pela direção do presídio trabalharão na unidade fabril, o que resultará na remissão de suas penas e na remuneração pelos serviços prestados, além de combater a ociosidade, favorecendo a reinserção social. O vereador mencionou que o presídio tem capacidade para 118 detentos, mas atualmente abriga 330 homens. Pedro Sérgio Delfante explicou que foi feita uma adaptação no presídio para que 20 internos, inicialmente, possam exercer atividades de fabricação de acessórios para cintos e bolsas, em parceria com a empresa Metal Vale, de Franca. Ele ressaltou sua satisfação como presidente da Comissão de Direitos Humanos em ver o progresso desse projeto e pediu, com a anuência dos nobres colegas, que fosse enviada uma Moção de Cumprimentos ao diretor geral do presídio, Dr. João Paulo Mantuani; à juíza da vara criminal, Dra. Edna Pinto; ao promotor de justiça, Dr. Emílio Carlos Walter; e à empresa Metal Vale e seu empresário. O vereador Luiz Benedito de Paula iniciou sua fala abordando uma questão que ele tem destacado nos últimos anos, relacionada ao impacto na receita do município de São Sebastião do Paraíso. Ele apontou que muitas pessoas que residem na cidade mantêm seus veículos registrados com placas de cidades vizinhas, como Passos e Ribeirão Preto. Isso significa que, embora essas pessoas utilizem os serviços de saúde, educação e infraestrutura da cidade, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é destinado às cidades onde os veículos estão registrados, e não para São Sebastião do Paraíso. Ele mencionou casos de servidores municipais, ex-vereadores e empresários que possuem veículos com placas de outras cidades, como Passos, Ribeirão Preto e até do Paraná. O vereador ressaltou que a transferência de placas não é um processo caro, custando em torno de R\$ 200 a R\$ 300, e que esse simples ato contribuiria para o aumento da

arrecadação da cidade, o que possibilitaria a realização de mais obras tanto na zona urbana quanto na zona rural. Luiz Benedito de Paula também solicitou, por meio de um ofício, a implantação de radares eletrônicos na Estrada da Guardinha, especialmente em frente ao bairro Chaparral. Ele justificou o pedido pela alta velocidade com que os condutores trafegam no local, muitas vezes acima de 100 km/h, o que já resultou em atropelamentos de animais e pode causar acidentes fatais. O vereador explicou que a instalação dos radares não seria uma "fábrica de multas", mas sim uma medida para garantir a redução da velocidade e evitar acidentes. Além disso, o vereador solicitou a pintura de uma faixa amarela contínua em uma curva localizada em frente à Fazenda Estrela Dalva, também na Estrada da Guardinha. Ele relatou que os condutores frequentemente invadem a contramão na curva, o que já causou acidentes, e que a faixa contínua ajudaria a prevenir futuros incidentes. Ele reforçou ainda a necessidade de instalar placas de sinalização indicando a velocidade máxima de 60 km/h nas proximidades das curvas existentes na estrada, como forma de evitar acidentes causados pelo excesso de velocidade. O vereador Antônio César Picirilo iniciou sua fala cumprimentando o presidente da sessão, os membros da mesa diretora e seus colegas de trabalho. Em seguida, ele trouxe à discussão um tema importante e atual para São Sebastião do Paraíso: a escassez de mão de obra no município, tanto em trabalhos mais simples quanto em áreas que exigem maior qualificação profissional. O vereador destacou que a cidade enfrenta dificuldades em preencher vagas de trabalho, o que impacta diretamente o desenvolvimento local. Ele sugeriu que, além das iniciativas da Câmara Municipal e do Executivo, é necessário criar uma comissão envolvendo o poder público e a classe empresarial para buscar soluções. A proposta inclui a atração de novas empresas para o município, ao mesmo tempo em que se faz necessário valorizar o trabalho local, especialmente através de melhores remunerações. Ele salientou que, embora a cidade precise de políticas públicas para atrair novas empresas e investidores, também é essencial que os empresários locais compreendam a importância de pagar salários justos. O vereador argumentou que, ao melhorar a remuneração, o dinheiro circula dentro da própria cidade, gerando um ciclo de crescimento econômico. Segundo ele, o problema não se limita à falta de mão de obra qualificada, mas também à baixa valorização dos trabalhadores, o que afeta a capacidade de atrair talentos e profissionais para a cidade. Antônio César Picirilo enfatizou que São Sebastião do Paraíso precisa de uma política de valorização do trabalho e da formação profissional. Ele sugeriu que cursos e palestras sejam oferecidos para capacitar a mão de obra local e atrair novos profissionais. A cidade, de acordo com o vereador, tem potencial de crescimento, mas para isso é necessário enfrentar o problema dos salários baixos, principalmente nas áreas de trabalho menos qualificadas. Ele concluiu sua fala ressaltando a importância de conscientizar tanto o poder público quanto os empresários sobre a necessidade de investir na formação e valorização dos trabalhadores, como forma de garantir o crescimento sustentável do município. O vereador finalizou agradecendo e reiterando a urgência de uma mudança na política de salários e na valorização da mão de obra para que São Sebastião do Paraíso possa se desenvolver adequadamente. Finalizando sua fala, o vereador agradeceu a atenção de todos e pediu que Deus abençoasse a todos, desejando uma ótima semana. O vereador Marcos Antônio Vitorino iniciou sua fala elogiando o colega vereador Antônio César Picirilo por trazer um tema relevante e preocupante para discussão: a escassez de mão de obra em São Sebastião do Paraíso. Ele destacou que esse problema afeta todas as áreas, desde trabalhos sem qualificação até profissões mais especializadas. O vereador lembrou seu primeiro mandato, quando recebia muitos currículos de pessoas em busca de emprego, mas, atualmente, a situação se inverteu, com empresários procurando candidatos para preencher vagas. Ele mencionou que a falta de mão de obra qualificada não é um problema exclusivo da cidade, mas que a questão salarial em São Sebastião do Paraíso torna difícil a retenção de colaboradores, especialmente quando cidades vizinhas, como Franca e Ribeirão Preto, oferecem melhores condições. Marcos Antônio Vitorino reforçou a necessidade de discutir o tema com

maior frequência e de buscar soluções em conjunto com os empresários, a Associação Comercial, o Sebrae e o Executivo. O vereador também relatou conversas que teve com profissionais da área de construção e segurança, onde a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada foi novamente destacada. Ele mencionou a tendência de profissionais mudarem de área devido à baixa remuneração, optando por outras profissões mais rentáveis. Marcos Antônio sugeriu a valorização dos profissionais através da criação de programas de formação profissional, mencionando a Escola São José, que, no passado, formava sapateiros e outros trabalhadores manuais, profissões que hoje estão em falta na cidade. Ele ressaltou que, além da formação, é essencial valorizar essas profissões para garantir que os trabalhadores se mantenham em suas áreas de atuação. O vereador concluiu sugerindo que, ao aprovar projetos de doação de terrenos para empresas, seja considerado um compromisso de oferecer formação profissional para a comunidade. Ele enfatizou a importância de preparar jovens para ocupações manuais, como mecânica, marcenaria e açougue, ressaltando que nem todos seguirão carreiras acadêmicas. Por fim, ele reafirmou seu apoio ao colega vereador Antônio César Picirilo, comprometendo-se a trabalhar juntos para buscar soluções para o problema da falta de mão de obra na cidade. O vereador Antônio César Picirilo respondeu ao colega Marcos Antônio Vitorino agradecendo pela contribuição e reiterando a importância do tema discutido. Ele aproveitou a oportunidade para fazer uma indicação formal ao Legislativo e ao Executivo, sugerindo a criação de uma comissão especialmente dedicada ao tema da geração de empregos. O objetivo dessa comissão seria buscar meios para melhorar a situação do trabalho na cidade, aproveitando o momento favorável, já que a Câmara atual é composta por vereadores trabalhadores e o prefeito é considerado arrojado, com forte interesse pelo progresso da cidade. Picirilo ressaltou que este é um momento oportuno para tomar iniciativas, algo que não via em mandatos anteriores, quando não havia tanto interesse ou ação por parte do Legislativo ou do Executivo no desenvolvimento da cidade. Agora, segundo o vereador, há um alinhamento de pessoas com mentalidade aberta e comprometidas com o crescimento de São Sebastião do Paraíso. Ele destacou que a remuneração adequada é essencial para o progresso e para estimular o comércio local, que já está respondendo positivamente. Picirilo também mencionou a importância de unir forças, não deixando a responsabilidade apenas para o governo, prefeito, vereadores ou justiça, mas buscando a colaboração de todos os setores da sociedade, como a Associação Comercial e Industrial de São Sebastião do Paraíso (ACISP), que ele citou como um exemplo para outras cidades. Por fim, o vereador parabenizou o trabalho de Pedro Delfante na área dos direitos humanos, destacando os resultados que estão sendo alcançados, e expressou sua esperança de que a cidade continue no ritmo de crescimento atual ou até mesmo acelere ainda mais o desenvolvimento. A vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos complementou a fala de Antônio César Picirilo abordando a questão salarial como um dos fatores mais importantes que afetam o mercado de trabalho em São Sebastião do Paraíso. Ela mencionou que muitos jovens e trabalhadores preferem fazer "bicos" e complementar a renda com programas governamentais, como o Bolsa Família, em vez de trabalhar formalmente, especialmente em empregos que oferecem um salário mínimo ou pouco mais. Ela relatou ter ouvido jovens dizendo que preferem essa vida sem compromisso, trabalhando de maneira informal e ganhando menos, mas com mais liberdade, ao invés de trabalhar em uma linha de produção por um salário considerado baixo. A vereadora destacou a dificuldade em atrair colaboradores com salários tão baixos e a necessidade de discutir essa questão em profundidade. Ela parabenizou Antônio pela escolha do tema e comentou que, embora não tenha podido participar da recente reunião da Associação Comercial e Industrial de São Sebastião do Paraíso (ACISP) devido ao seu plantão na UPA, o assunto é de grande interesse para ela. Cerize ainda apontou um problema adicional: o alto custo que os empregadores enfrentam com encargos e impostos, o que agrava a dificuldade de manter empregados formalmente. Ela lamentou que isso contribua para a criação de uma "cultura do

subsídio," onde as pessoas preferem viver de pouco e sem esforço, já que os salários não parecem valer o compromisso de um emprego formal, devido aos altos impostos pagos pelos empregadores. Para a vereadora, essa é uma questão que precisa ser revista em diversos níveis, pois há falta de empenho e dedicação de alguns profissionais para se inserirem no mercado formal. Ela reconheceu que a realidade de hoje é muito diferente, com empresários buscando desesperadamente profissionais para preencher vagas, em vez de receberem currículos, como era comum no passado. Cerize concluiu que, sem mão de obra qualificada e disponível, é difícil atrair grandes indústrias para a cidade, e defendeu a necessidade de políticas públicas bem direcionadas para reverter esse problema, que é não apenas local, mas nacional. O vereador Antônio César Picirilo criticou as políticas federais, estaduais e municipais, destacando o que chamou de "política do receber algo fácil," em referência a programas assistenciais como o Bolsa Família. Ele questionou se há incentivos governamentais que estimulem as empresas a empregarem mais pessoas, sugerindo que falta uma política de incentivo fiscal para empresários que aumentam seu número de funcionários. Picirilo defendeu a ideia de que, se um empregador aumentar a quantidade de funcionários, deveria receber algum benefício, seja fiscal ou até mesmo um subsídio, para motivar o crescimento do emprego. Ele mencionou que muitas pessoas que recebem Bolsa Família estão satisfeitas com essa situação, pois conseguem alugar uma moradia simples com parte do benefício e ainda têm dinheiro sobrando para outros gastos. Segundo ele, isso contribui para que essas pessoas não busquem trabalho formal. Ele sugeriu que essa situação poderia ser revertida com incentivos adequados e apontou a necessidade de uma discussão séria sobre o tema. Picirilo enfatizou a importância de reduzir impostos como um incentivo ao crescimento econômico, afirmando que a alta taxa impede o progresso e o crescimento das empresas, levando à estagnação econômica. Ele criticou duramente o governo federal por aumentar a carga tributária, o que, segundo ele, está "afundando" a economia rapidamente. Ele mencionou que o governo federal, liderado por Lula, está promovendo falsas promessas de melhorias econômicas, o que ele considera uma "armadilha" para a população. O vereador concluiu afirmando que as pessoas estão mais preparadas para reconhecer essas estratégias e que é necessário ser realista e crítico em relação às promessas do governo, alertando para os riscos dessas medidas. Ele finalizou agradecendo ao presidente da sessão. O vereador Marcos Antônio Vitorino apoiou a sugestão feita pelo vereador Antônio César Picirilo para a criação de uma comissão dedicada a tratar de questões relacionadas ao emprego e à economia local. Ele destacou a importância do tema, mencionando que já havia sido bastante discutido na Câmara e não deveria ser deixado de lado. Para Vitorino, a proposta de Antônio era muito relevante e merecia ser levada adiante. Ele enfatizou que todos os vereadores deveriam participar da comissão devido à gravidade do assunto. O presidente da Câmara, vereador José Luiz das Graças, seguiu o comentário de Marcos Antônio, concordando com a importância da criação da comissão. Ele sugeriu que a comissão fosse presidida por Antônio César Picirilo, Marcos Antônio Vitorino e Maria Aparecida Cerize Ramos, ressaltando que todos os vereadores poderiam dar suporte e participar das discussões à medida que fossem convocados. O presidente destacou que o tema era complexo e demandava um esforço conjunto da Casa para enfrentar os desafios relacionados ao emprego. Em seu comentário, José Luiz das Graças reforçou a ideia de que o problema do desemprego e da falta de mão de obra qualificada era uma questão nacional. Ele ainda apontou que a alta carga tributária, mencionada por Maria Aparecida, e as elevadas taxas de juros estavam sufocando o empresariado. O presidente citou a taxa Selic como um exemplo, mencionando que, se ela estivesse em torno de 3 a 4%, o Brasil economizaria cerca de R\$ 400 bilhões anualmente. Ele sugeriu que, com essa economia, o governo poderia dar isenção de impostos para setores produtivos e promover o crescimento econômico. José Luiz parabenizou os vereadores Antônio César Picirilo, Marcos Antônio Vitorino e Maria Aparecida Cerize Ramos pela iniciativa e reafirmou o compromisso da Câmara em

avançar com o debate, buscando soluções para os problemas econômicos e de emprego que afetam a cidade e o país. A vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos iniciou sua fala destacando sua preocupação com o aumento de acidentes de trânsito em São Sebastião do Paraíso, especialmente devido à sua experiência na UPA, onde testemunhou muitas vítimas. Ela sugeriu a necessidade de reavaliar o trânsito da cidade, inclusive mencionando que, antigamente, havia a prática de instalar "quebra-molas políticos", que eram colocados sem qualquer estudo técnico, apenas por questões políticas. A vereadora reconheceu que os quebra-molas podem ser uma medida eficaz para reduzir a velocidade em áreas críticas e que alguns, de fato, foram úteis. No entanto, destacou que é importante estudar onde sua implantação faz sentido, pensando também em soluções mais modernas, como o monitoramento da cidade por radares. Para ela, a principal questão é trazer disciplina ao trânsito local, ressaltando que a situação atual demanda atenção. Maria Aparecida comentou que os cidadãos de Paraíso têm sido ordeiros e respeitosos, especialmente em locais com faixas elevadas, onde os motoristas param para os pedestres. Ela citou como exemplo as faixas em frente ao GP, onde os pedestres são respeitados mesmo em avenidas movimentadas. A vereadora sugeriu que a implantação de mais faixas elevadas ou quebra-molas em outros pontos da cidade poderia ser benéfica. Ela concluiu sua fala solicitando um ofício ao executivo para a realização de um estudo sobre a implantação de quebra-molas em locais específicos, como a Rua São Judas, a Rua Rui Barbosa e a Rua dos Antunes, próximo à Tenente José Joaquim. O presidente da Câmara, José Luiz das Graças, manifestou apoio à vereadora, solicitando a inclusão de sua assinatura no ofício, defendendo que os pedidos da população, como a instalação de quebra-molas em frente às suas casas, devem ser atendidos, pois os cidadãos pagam seus impostos. O vereador Marcos Antônio Vitorino também pediu para assinar o ofício, destacando que, com a melhoria do asfalto nas ruas, os motoristas começaram a acelerar mais, o que aumentou a necessidade de redutores de velocidade, sejam quebra-molas ou monitoramentos. Ele mencionou que algumas ruas, após serem asfaltadas, se tornaram "pistas de Fórmula 1", como a Rua São Judas e a Rua dos Antunes, locais onde frequentemente ocorrem acidentes. Ele reforçou a importância da educação no trânsito e da fiscalização. Maria Aparecida concluiu reiterando sua preocupação com a alta velocidade dos veículos na cidade e a necessidade de medidas eficazes para reduzir o número de acidentes, enfatizando que todos já conhecem as leis de trânsito, mas é preciso reforçar o cumprimento e a conscientização da população. O vereador Lisandro José Monteiro iniciou sua fala com uma boa notícia sobre o Recanto Feliz, mencionando que a empresa contratada para o projeto já assinou o contrato e, no dia seguinte, o ofício foi enviado para o Alexandre, mesmo ele estando de férias. Lisandro informou que a SEMIG já liberou a documentação necessária para a instalação dos postes, e que o prefeito Marcelo já assinou o documento, permitindo que os postes sejam colocados em breve. Lisandro também compartilhou suas reflexões sobre a atual situação do mercado de trabalho. Ele observou que, no passado, era comum que as pessoas procurassem empregos, mas agora a situação se inverteu, com empresários, como ele e outros colegas, tendo dificuldade em encontrar profissionais qualificados para preencher vagas. O vereador mencionou que, apesar de algumas empresas estarem pagando bem, ainda há um grande número de pessoas que preferem continuar recebendo auxílios sociais, como o auxílio reclusão, sem se formalizar no mercado de trabalho. Ele criticou a situação dos salários, apontando que o governo deveria reduzir os impostos para que os empresários pudessem oferecer melhores condições aos funcionários. Lisandro também falou sobre a importância do aprendizado no início da vida profissional, destacando que, ao contrário do que acontecia no passado, hoje os jovens já estão bastante preparados fisicamente, mas o foco deveria ser no ensino de habilidades práticas e na inserção no mercado de trabalho. O vereador enfatizou que, ao contrário do que muitos pensam, a maior dificuldade não é a falta de emprego, mas sim a falta de profissionais qualificados, sendo que muitos preferem continuar dependendo de auxílios

sociais. Ele citou o exemplo de 3.600 famílias em São Sebastião do Paraíso que recebem auxílio, mas destacou que, embora algumas pessoas realmente precisem, há um grande número de pessoas que poderiam estar trabalhando e preferem continuar na informalidade, prejudicando o desenvolvimento econômico da cidade e do país. Ele concluiu convidando a todos para o primeiro Feirão de Emprego que será realizado na ACISP, destacando que, embora muitas pessoas procurem emprego, a oferta de candidatos será reduzida. O presidente da Casa, vereador José Luiz das Graças, iniciou sua fala abordando questões políticas mais amplas, destacando que o Brasil enfrenta desafios que os governantes não estão conseguindo resolver. Ele expressou sua preocupação com a falta de vontade política dos governantes em resolver os problemas do país, criticando a maneira como o Congresso age, atendendo interesses de grupos específicos e não da população como um todo. Mesmo com esses desafios, ele afirmou que é necessário continuar questionando e cobrando os responsáveis por essas questões, pois é papel dos vereadores questionar e exigir respostas, mesmo que algumas questões não sejam de sua competência direta. Em seguida, o presidente fez um pedido ao Poder Executivo, solicitando que fosse realizado um levantamento sobre a falta de postes e luminárias na cidade. Ele destacou a importância de garantir a iluminação pública, um direito dos cidadãos que pagam seus impostos. José Luiz reconheceu que resolver essa questão será um desafio, principalmente devido à resistência da CEMIG, que tem dificultado a expansão da rede elétrica. Contudo, o presidente afirmou que, apesar das dificuldades, a Câmara Municipal fará o que estiver ao seu alcance para buscar soluções e atender às demandas da população. Antes de concluir sua fala, o presidente também pediu a criação de uma Moção de Pêsames em homenagem a Antônio Marcos de Pádua, que faleceu na madrugada. O vereador Lisandro José Monteiro solicitou ao presidente da Casa que, aproveitando a oportunidade, envie uma Moção de Pêsames em homenagem a Casquinha do Forte Terra. O vereador demonstrou seu respeito e pesar pelo falecimento de Casquinho, reconhecendo sua importância na comunidade. O presidente da Casa, vereador José Luiz das Graças, colocou os requerimentos em apreciação em plenário e serão encaminhados em nome da Casa. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, Fábio Montório Souto, Assessor Técnico Parlamentar I, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram à presente sessão e encaminhada para publicação.

VER. JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS-PRESIDENTE / VER. PEDRO SÉRGIO DELFANTE-SECRETÁRIO / VER. MARCOS ANTÔNIO VITORINO-2º SECRETÁRIO / VER. LUIZ BENEDITO DE PAULA / VER. ANTÔNIO CÉSAR PICIRILO / VER. LISANDRO JOSÉ MONTEIRO / VEREADORA MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / VER. VINÍCIO JOSÉ SCARANO PEDROSO / VER. SERGIO APARECIDO GOMES

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO NO ANO DE 2024, DA 38ª CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, MG. Aos seis dias do mês de novembro de 2024, às nove horas, na Sala de reuniões da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso, MG sob a presidência do vereador Lisandro José Monteiro e com a presença do vereador e Luiz Benedito de Paula, membro desta comissão, dos servidores Paulo Henrique Vilas Boas e Cássio de Pádua Furlan, realizou-se a 28ª reunião da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação do ano de 2024. O vereador Sérgio Aparecido Gomes esteve presente até as nove horas e quinze minutos, porém até o momento não havia chegado nenhum dos membros da comissão e o vereador se retirou da sala. Em ata, fica registrado que os servidores técnicos desta Casa têm como prerrogativa acompanhar a reunião, emitir

pareceres e opiniões quando solicitado, porém, ressalta-se que tais manifestações não são vinculativas. Ademais, enfatiza-se que os vereadores membro desta comissão, tal como previsto no regimento interno desta egrégia Casa Legislativa, são os responsáveis exclusivamente por qualquer ato praticado pela Comissão. O presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, vereador Lisandro José Monteiro, deu boas-vindas a todos e em seguida iniciou-se a deliberação dos projetos.

PROJETOS EM DILIGÊNCIA:

PROJETO DE LEI Nº 5674 "DA NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 19 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.125/24, INCLUI O ART. 23-A NA MESMA LEI; EXTINGUE CARGOS E ATUALIZA O ANEXO II DA LEI MUNICIPAL Nº 2.987/02 DA MESMA LEI, REVOGA E ATUALIZA O ANEXO IV DA MESMA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL. Início: 31/10/2024 - 04/11/2024 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio).

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1204 "OUTORGA O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO PARAISENSE AO SOLDADO RAFAEL ARAUJO DA SILVA CARVALHO". AUTOR: VER. JOSE LUIZ DAS GRACAS. Início: 17/10/2024.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1205 "OUTORGA O TÍTULO DA ORDEM DO MÉRITO MUNICIPAL A SENHORA ROSEMEIRE GONÇALVES SILVA". AUTOR: VER. MARCOS ANTONIO VITORINO. Início: 17/10/2024.

PROJETO DE LEI Nº 5143 "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL (CHARRETES E CARROÇAS) PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS, BENS, MERCADORIAS E RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, ENTULHOS, MATERIAIS RECICLÁVEIS E OUTROS SERVIÇOS, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTOR: VER. JULIANO CARLOS REIS. Início: 26/04/2021 - 26/04/2021 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Diego); - 06/05/2021 - Anexado parecer jurídico (Dr. Diego); - 07/05/2021 - Enviado ofício à presidência requerendo agendamento de audiência pública; - 25/05/2021 - Ofício à presidência para remarcar a audiência pública; - 17/03/2022 - Diligência, aguardando realização da audiência pública; - 10/10/2023 - Ofício ao Ver. Juliano sobre previsão para tratar sobre o projeto.

PROJETO DE LEI Nº 5287 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO FISCAL NO IPTU E NO ISS ÀS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO STARTUPS INSTALADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO". AUTOR: VER. VINICIO JOSE SCARANO PEDROSO. Início: 02/05/2022 - 03/05/2022 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); - 03/05/2022 - Anexado parecer jurídico (Dr. Cássio); - 05/05/2022 - Diligência; - 02/06/2022 - Aguarda manifestação dos autores quanto à solicitação verbal de indicação de fontes de receita; - 14/10/2022 - Encaminhado ofício ao autor do projeto; - 10/10/2023 - Ofício ao Ver. Vinicio sobre posicionamento quanto ao projeto.

PROJETO DE LEI Nº 5505 "ALTERA O INCISO VI DO ARTIGO 20 DA LEI MUNICIPAL Nº 4918/2022 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS MOTOTAXI NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL. Início: 21/08/2023 - 22/08/2023 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); - 28/08/2023 - Anexado parecer jurídico (Dr. Cássio); - 06/09/2023 - Ofício ao Executivo solicitando esclarecimentos; - 24/10/2023 - Ofício do MP solicitando informações sobre o andamento do projeto; - 24/10/2023 - Ofício à promotoria informando sobre o andamento do projeto; - 29/11/2023 - Reunião da CFJL com o secretário municipal de trânsito; - 25/04/2024 - Ofício do MP solicitando informações sobre o andamento do projeto; - 29/04/2024 - Ofício do Presidente à CFJL requerendo informações; - 02/05/2024 - Ofício da CFJL ao Presidente em resposta ao Of. 194/Pres.JLG/2024.

PROJETO DE LEI Nº 5595"REVOGA 'IN TOTUM' A LEI MUNICIPAL Nº 4229, DE 20 DE AGOSTO DE 2015, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA À ESPUMAJU INDÚSTRIA E COM. DE TRAVESSEIROS SOC. LTDA". AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL. Início: 14/03/2024 - 19/03/2024 - Encaminhado para parecer jurídico (Dra Raíssa); - 27/03/2024 - Anexada contestação da empresa ao presente projeto; - 18/04/2024 - Ofício ao Executivo solicitando projeto substitutivo; - 17/10/2024 - Ofício ao Executivo reiterando o Ofício nº 015/CFJL/2024.

PROJETO DE LEI Nº 5668"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL. Início: 30/08/2024 - 03/09/2024 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); - 03/09/2024 - Encaminhado para parecer contábil (Henrique); - 06/09/2024 - Anexado parecer jurídico; - 21/10/2024 - Anexado parecer contábil; - 21/10/2024 - Ofício solicitando agendamento de audiência pública; - 30/10/2024 - Ofício convidando prefeito e secretários para audiência pública.

PROJETO DE LEI Nº 5672"DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE HOMENAGENS A PESSOAS QUE TENHAM PRATICADO ATOS DE LESA-HUMANIDADE, TORTURA, EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO, RACISMO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, CRIMES CONTRA A VIDA, BEM COMO AQUELES QUE PRATICARAM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, CORRUPÇÃO OU ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO". AUTOR: VER. PEDRO SERGIO DELFANTE. Início: 16/10/2024 - 22/10/2024 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); - 05/11/2024 - Anexado parecer jurídico.

PROJETO DE LEI Nº 5673"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E COMUNITÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - FECOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL. Início: 18/10/2024 - 21/10/2024 - Encaminhado para parecer contábil (Henrique); - 22/10/2024 - Encaminhado para parecer jurídico (Dr. Cássio); - 29/10/2024 - Anexado parecer contábil; - 29/10/2024 - Anexado parecer jurídico; - 30/10/2024 - Ofício solicitando impacto orçamentário ao Executivo.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 25"DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL". AUTOR: VERs. JERONIMO APARECIDO DA SILVA / JOSE LUIZ DAS GRACAS / LISANDRO JOSE MONTEIRO / LUIZ BENEDITO DE PAULA / MARCELO DE MORAIS /

MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS / PAULO CESAR DE SOUZA / VINICIO JOSE SCARANO PEDROSO. Início: 28/03/2023

Nenhum projeto foi liberado para tramitação. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores membros da comissão presentes na reunião. (FMS)

VER. LISANDRO JOSÉ MONTEIRO

Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação

VER. LUIZ BENEDITO DE PAULA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANÁLISE E DEBATE DO PROJETO DE LEI Nº 5669, QUE "INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

Aos vinte três dias do mês de outubro de 2024, às 14 horas, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, sob a presidência do vereador José Luiz das Graças; do 2º vice-presidente, vereador Luiz Benedito de Paula; do 2º Secretário, vereador Marcos Antonio Vitorino e com a presença dos ilustres vereadores: Antônio César Picirilo, Maria Aparecida Cerize Ramos e Lisandro José Monteiro e com ausências justificadas dos vereadores: Juliano Carlos Reis e Vinício José Scarano. Realizou-se esta audiência pública do Poder Legislativo Municipal para análise e debate do Projeto de Lei nº 5669, que "Institui a Política Municipal de Turismo no Município de São Sebastião do Paraíso e dá outras Providências", de autoria do Executivo Municipal. Segundo a justificativa, este projeto de lei tem como objetivo criar a Política Municipal de Turismo, que servirá como base para as ações do setor nos próximos anos, promovendo e fomentando o turismo em São Sebastião do Paraíso. A lei busca estruturar o planejamento e a gestão das atividades turísticas, estabelecendo princípios, diretrizes e objetivos, além de organizar o Sistema Municipal de Turismo, detalhando sua composição e competências. Também orientar a elaboração do Plano Municipal de Turismo e definir o suporte financeiro necessário para essas atividades. Enfatizou, ainda, que, por meio da Política Municipal de Turismo e de parcerias que possam ser firmadas com entidades, órgãos governamentais, iniciativa privada e outros, serão possíveis buscar recursos junto ao Estado de Minas Gerais, ao Governo Federal, bem como receber doações de pessoas físicas e jurídicas. Estiveram presentes os funcionários do Executivo Municipal e presença de demais pessoas, conforme lista de presença anexa. O Presidente José Luiz das Graças declarou aberta a Audiência. E informou a título de esclarecimento, audiência pública é uma reunião pública onde todos da comunidade são convidados a comparecer, dar suas opiniões e ouvir as respostas de pessoas públicas empenhadas em encontrar soluções para os problemas em questão. Em geral, realizada por uma comissão técnica e a pedido de representantes políticos ou entidade interessada. O objetivo de uma audiência pública é instruir matéria legislativa, bem como tratar de assunto de interesse público relevante. Neste caso, atendemos à solicitação feita pela vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos na reunião ordinária do dia 30 de setembro. Prosseguindo, o Presidente concedeu o uso da palavra à vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos, que justificou seu pedido de "vista" ao projeto de lei durante a reunião ordinária. Ela explicou que seu

objetivo era dar publicidade ao projeto, permitindo que pessoas do setor, empresários e demais interessados no turismo pudessem estar presentes na audiência pública, trazendo suas sugestões e participações. A vereadora parabenizou a proposta, destacando que o projeto foi muito bem escrito e estruturado, com objetivos claros e condições definidas, o que possibilitaria o desenvolvimento do turismo. Cidinha mencionou ainda que, após a aprovação do projeto e a oficialização da Secretaria de Cultura e Turismo, deveria ser feita uma alteração no artigo 7º, inciso 1º, do projeto de lei em discussão. Com a palavra, o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Diego de Carvalho, esclareceu que a justificativa apresentada no projeto de lei refletia as expectativas em relação aos objetivos esperados, que seriam: fomentar o turismo no município e atrair recursos, impulsionando todos os setores envolvidos. Em seguida, o Presidente José Luiz concedeu a palavra a Jonas Prado, que estava acompanhado de sua esposa, Kelly. Ambos são empresários, bacharéis em turismo e proprietários da empresa "Rota 35" em São Sebastião do Paraíso, especializada em agenciamento de viagens. Jonas fez alguns apontamentos sobre o turismo no município e se colocou à disposição para contribuir com o fomento da atividade turística na cidade. Ele finalizou afirmando que São Sebastião do Paraíso possui um grande potencial turístico e que diversos atores podem se envolver no desenvolvimento da atividade. Além disso, colocou sua empresa, "Rota 35" Viagens, à disposição para contribuir nesse processo. Dando seqüência, o vereador Lisandro José Monteiro agradeceu aos empresários Jonas e sua esposa pela participação na Audiência Pública, enaltecendo o trabalho realizado por eles ao longo dos anos na agência de viagens. Destacou que, antigamente, as viagens eram raras, mas hoje em dia todos têm a oportunidade de viajar, independentemente da classe social, seja ela média, baixa ou alta, e por fim questionou a Jonas se sua empresa já estaria no mercado há cerca de 20 anos. Com a palavra, Jonas respondeu ao vereador Lisandro, afirmando que possui mais de 20 anos de experiência no setor e que atua em São Sebastião do Paraíso há 13 anos. Ele ressaltou que a conscientização sobre turismo é uma realidade para todas as classes sociais. Explicou ainda que o papel de sua agência é proporcionar experiências de hospitalidade e viagens para todos que os procuram. Quando turistas de outros municípios os procuram, Jonas destacou que tem prazer em apresentar as atrações da região, como as instalações do Hotel Termópolis e os hotéis-fazenda. O vereador Lisandro parabenizou o prefeito Marcelo de Moraes pela criação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e expressou sua confiança de que o vereador Vinício Scarano realizará um excelente trabalho no desenvolvimento do turismo em São Sebastião do Paraíso à frente a pasta. Com a palavra, Diego expressou concordância com tudo o que o vereador Lisandro e o empresário Jonas comentaram e discutiram sobre o projeto de lei durante a audiência pública. E acrescentou a importância do projeto na busca de parcerias, incentivos e recursos que contribuem para a gestão pública municipal, permitindo o desenvolvimento do turismo por meio de verbas estaduais e federais. Frisou a relevância do turismo em São Sebastião do Paraíso, destacando o grande potencial desse setor. Destacou também que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo tem realizado um trabalho intenso nos bastidores para organizar a pasta. Lembrou que, devido à pandemia, não foi possível implementar ações mais eficazes, mas que, mesmo assim, aproveitaram esse tempo para reformular, estruturar e colocar em funcionamento o Fundo Municipal do Turismo, com as leis aprovadas, aprovadas na Câmara Municipal. Por fim, Diego afirmou que muitas coisas foram realizadas, ressaltando que iniciaram praticamente do zero na Secretaria de Turismo. Agradeceu a Deus pelo progresso alcançado e desejou que São Sebastião do Paraíso continue a prosperar. Na seqüência, o vereador Luiz Benedito de Paula parabenizou o Secretário Municipal Diego pelo excelente trabalho realizado à frente da Secretaria de Turismo, destacando o levantamento das cachoeiras e pontos turísticos de São Sebastião do Paraíso, em parceria com seu assessor parlamentar, Marcelo de Moraes. Expressou sua satisfação com a criação da nova pasta de Cultura e Turismo, sob a liderança de Vinício Scarano. O vereador

destacou que a Secretaria de Turismo será fundamental para contribuir para a economia da cidade, trazendo recursos, gerando empregos e renda, além de divulgar o município. Manifestou sua confiança de que será uma gestão importante, como sempre foi, agora com um foco mais direcionado na promoção de São Sebastião do Paraíso, uma cidade rica em potencial. O Presidente, José Luiz das Graças, agradeceu a todos os presentes na audiência e afirmou que o turismo é um dos pilares de desenvolvimento municipal e que as belezas do turismo são cruciais para que os cidadãos sintam orgulho de seu município. Disse que a aprovação do projeto na sessão extraordinária dará um grande passo para o turismo de São Sebastião do Paraíso. Finalizando, agradeceu aos vereadores presentes e aos servidores da Casa, explicando que, em conjunto, são responsáveis por proporcionar as condições necessárias para promover as audiências públicas e a aprovação dos projetos de lei na Casa Legislativa. Por fim, o Presidente declarou encerrada a audiência pública e, para constar, eu, Kellen de Paula, Assistente Legislativo III, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores que compareceram nesta audiência e encaminhada para publicação.

VER. JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS - PRESIDENTE / VER. LUIZ BENEDITO DE PAULA- 2º VICE-PRESIDENTE /VER. ANTONIO CÉSAR PICIRILO/ VER. LISANDRO JOSÉ MONTEIRO /VER. MARCOS ANTONIO VITORINO/ VER^a. MARIA AP. CERIZE RAMOS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 5671, QUE “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AOS TERNOS DE CONGO, MOÇAMBIQUE E REINADO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG, POR OCASIÃO DA PARTICIPAÇÃO NA FESTA DA CONGADA E MOÇAMBIQUE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG, NO ANO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Aos vinte e um dias do mês de outubro de 2024, às 13 horas e 30 minutos, na Sala das Sessões Presidente Tancredo Neves, situada à Av. Dr. José de Oliveira Brandão Filho, 445, nesta cidade de São Sebastião do Paraíso/MG, sob a presidência do vereador José Luiz das Graças, e presentes os vereadores Antonio Cesar Picirilo, Juliano Carlos Reis, Lisandro José Monteiro, Luiz Benedito de Paula, Pedro Sérgio Delfante, Maria Aparecida Cerize Ramos e Vinicio José Scarano Pedroso, realizou-se esta audiência pública do Poder Legislativo Municipal para discutir o Projeto de Lei nº 5671, que “Autoriza o município de São Sebastião do Paraíso a conceder auxílio financeiro aos Ternos de Congo, Moçambique e Reinado de São Sebastião do Paraíso/MG, por ocasião da participação na festa da Congada e Moçambique de São Sebastião do Paraíso/MG, no ano de 2024, e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal. Para tratar sobre o assunto, estiveram presentes representantes do departamento de cultura, representantes dos ternos e municípios, conforme lista de presença anexa. O Presidente José Luiz das Graças declarou aberta a Audiência e informou, a título de esclarecimentos, que a audiência pública é uma reunião em que todos da comunidade são convidados a comparecer, dar suas opiniões e ouvir as respostas de pessoas públicas empenhadas em encontrar soluções para os problemas em questão e, em geral, realizada por uma comissão técnica e a pedido de representantes políticos ou entidades interessadas. Ressaltou que o objetivo de uma audiência pública é instruir matéria legislativa, bem como tratar de assunto de interesse público relevante, no caso em tela, cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante o disposto no art. 48, §1º, que trata da transparência da gestão fiscal, assegurando, dentre outras, incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Informou que a proposição visa a repassar o valor de R\$ 304.160,00 aos Ternos de Congo, Moçambique e Reinado, baseado na média do número de integrantes apurada pela comissão organizadora do evento. O Presidente ressaltou que, nos últimos dois anos, os

repasses foram feitos por meio de CPF, em virtude de dificuldades enfrentadas pelos Ternos para regularizar suas situações jurídicas e contábeis, devido à pandemia. Em 2024, com a regularização dos CNPJs, os repasses serão realizados diretamente às agremiações, exceto pelo Reinado, que ainda está em processo de formalização, justificando o repasse via CPF de um representante. O Presidente destacou as Congadas como um bem imaterial protegido pelo Patrimônio Histórico e Cultural de São Sebastião do Paraíso, conforme Decreto Municipal nº 3878/2010. Ressaltou que o repasse financeiro tem como origem recursos do ICMS Cultural, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 3625/2009. Em seguida, o Presidente abriu espaço para manifestação dos vereadores e participantes. Pela ordem, o vereador Pedro Sérgio Delfante manifestou que, nos últimos anos, nunca houve um esforço tão grande por parte de uma gestão municipal em reconhecer e valorizar a importância dos artistas e dos variados Ternos de Congo e Moçambique que representam o folclore de São Sebastião do Paraíso. Disse que votaria favoravelmente ao Projeto de Lei nº 5671/2024 e solicitou celeridade no processo para que os recursos cheguem o quanto antes às mãos dos grupos folclóricos, proporcionando mais tempo para que se organizem e produzam espetáculos ainda maiores. Ele ressaltou que a população e os visitantes são os maiores beneficiários dessa evolução, uma vez que a Congada é a maior festa da cidade e um importante fator de desenvolvimento do turismo, emprego e renda para a coletividade. Prosseguindo, a vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos lembrou que no ano anterior, durante uma discussão nesta Casa, mencionou-se que a partir deste ano os repasses deveriam ser realizados no CNPJ das agremiações, e não mais no CPF dos representantes. Assim, a vereadora parabenizou o trabalho realizado junto aos Ternos de Congo e Moçambique, que conseguiram regularizar seus CNPJs, conforme solicitado, e ressaltou a importância desse processo, mencionando que considera essa medida a forma mais correta de proceder com os repasses. Em seguida, o representante do departamento de cultura, Adriano Rosa da Silva, esclareceu que a maioria dos Ternos de Congo e Moçambique já possuía CNPJ antes da pandemia. Contudo, com a paralisação das festividades por quase dois anos devido à pandemia, muitos grupos ficaram com a documentação vencida, incluindo a renovação de suas diretorias. Afirmou que, quando a prefeitura retomou a realização da festa, verificou-se que, para evitar a perda dos recursos, a administração decidiu repassar o auxílio financeiro diretamente para o representante pessoa física indicado por cada agremiação. Esse procedimento foi adotado nos últimos dois anos, com o compromisso de que os Ternos regularizassem sua documentação. Adriano destacou o empenho do Departamento de Cultura que trabalhou junto aos Ternos para que regularizassem suas documentações. Esse esforço possibilitou que, neste ano, o repasse seja feito diretamente para o CNPJ das agremiações, sem a necessidade de intermediários, o que ele considera um grande avanço. Por fim, Adriano mencionou que o Reinado, embora ainda esteja em processo de formalização de seu CNPJ, deve concluir esse processo para que, no próximo ano, possa receber os recursos diretamente em seu CNPJ. Em seguida, Rosely Aparecida Pereira, do terno União, solicitou empenho e agilidade na votação do projeto, a fim de que a liberação do recurso ocorra o mais rápido possível e os ternos possam iniciar seus trabalhos para a realização da festa, incluindo a compra de materiais. Prosseguindo, o vereador Vinício José Scarano Pedroso parabenizou Adriano e disse considerar o melhor projeto de repasse financeiro para as Congadas nos últimos oito anos em que atua na Câmara. O vereador ressaltou que todos os Ternos, com exceção do Reinado, estão com seus CNPJs devidamente atualizados e, dessa forma, não vê dificuldades na aprovação do projeto, especialmente no que diz respeito à regularidade do repasse dos recursos financeiros. O vereador concluiu sua fala enfatizando a importância de dar celeridade à votação, sugerindo que o Projeto de Lei nº 5671/2024 seja incluído na pauta da sessão ordinária que iniciaria em seguida. Em seguida, o senhor João Batista de Oliveira, do terno Nova Geração, destacou que o grupo contou com o maior número de integrantes e enfrentou uma maior demanda por serviços,

além de trabalhar para atrair novos participantes, especialmente crianças, para garantir a continuidade da festa. No entanto, o representante expressou preocupação com a redução da verba, que caiu para R\$ 6.000 em 2024. Ele relatou que, devido a essa diminuição, o terno precisará cortar algumas despesas, como a contratação de sanfoneiro, e talvez não consiga atender todas as necessidades do grupo. João Batista ressaltou que o Terno Nova Geração atua em uma comunidade mais carente, e muitas crianças não têm condições de comprar vestimentas ou instrumentos e, como solução, o grupo frequentemente fornece calças, camisas, chapéus e instrumentos feitos e adquiridos na própria sede. Por fim, João Batista fez um apelo aos vereadores, solicitando um aumento na ajuda financeira, para que o grupo possa continuar atendendo todas as crianças interessadas em participar da Congada. O Presidente José Luiz das Graças destacou que a demanda deveria ser tratada diretamente com o Executivo, visto que os valores foram definidos através de determinados critérios. Assim, o Presidente solicitou que Adriano apontasse os motivos da redução do repasse ao referido terno. Adriano, em resposta, esclareceu que, conforme descrito na justificativa do projeto, o repasse será feito de acordo com o número de integrantes. O vereador Pedro questionou se os ternos receberiam o valor na integralidade ou em duas parcelas, ao tempo que Adriano respondeu que receberiam de apenas uma vez. A vereadora Maria Aparecida Cerize Ramos solicitou que o projeto fosse colocado em pauta e que fosse dada celeridade em sua apreciação. Em seguida, o vereador Lisandro José Monteiro disse que, enquanto Presidente da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, o projeto seria deliberado para que fosse votado na sessão ordinária que se realizaria após a audiência. O presidente da Câmara, vereador José Luiz das Graças, destacou a importância histórica e cultural das Congadas, que são tradições com quase 200 anos em São Sebastião do Paraíso. Ele ressaltou que essa festa se tornou uma das atrações mais esperadas do ano no município, atraindo milhares de pessoas, expressando sua confiança de que, em breve, ela se tornará a maior celebração do gênero no Brasil. Ele agradeceu a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação e seus membros pelo empenho, além do departamento jurídico da Casa e servidores, que se desdobram em buscar todas as informações técnicas para que os projetos venham ao plenário aptos para serem votados. O vereador Pedro Delfante, em seguida, alertou que, com o crescimento de edificações comerciais e residenciais na Avenida Dr. José de Oliveira Brandão Filho, o local atual em breve não será mais adequado para comportar a festa. Ele sugeriu que o departamento de cultura e o departamento de obras da Prefeitura estudem a viabilidade da construção de um espaço multiuso. Ele mencionou a área próxima ao Córrego Rangel como uma possibilidade, onde poderia ser canalizado e coberto, criando uma arena multiuso que atenderia não apenas às apresentações da Congada e Moçambique, mas também aos desfiles cívicos e outras atividades culturais. Nada mais havendo a se tratar, o Presidente encerrou a audiência pública. E, para constar, eu, Paulo Henrique Vilas Boas, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos vereadores presentes na Audiência Pública.

VER JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS - PRESIDENTE / VER. ANTONIO CESAR PICIRILO/ VER. JULIANO CARLOS REIS /VER. LISANDRO JOSÉ MONTEIRO /VER. LUIZ BENEDITO DE PAULA/ VER. PEDRO SÉRGIO DELFANTE /VER^a. MARIA APARECIDA CERIZE RAMOS /VER. VINÍCIO J. SCARANO PEDROSO

PORTARIAS

PORTARIA Nº 020/2024

"DISPÕE SOBRE O CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO."

O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG, ver. JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121 do Regimento Interno (Resolução nº 256/90), e demais dispositivos legais,

CONSIDERANDO que a Portaria nº 026/2023 manteve como Controlador Interno o servidor Mateus Gonçalves Pereira;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 571, de 25/08/2005, foi revogada pela Resolução n.º 1117, de 29/04/2024, que "Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências";

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 1117, em especial o Capítulo V, dispõe sobre a Controladoria Interna;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica mantido como Coordenador de Controle Interno o servidor Mateus Gonçalves Pereira na Controladoria Interna da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2024.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 026/2023 que dispõe sobre o controle interno.

P. R. C.

São Sebastião do Paraíso/MG, 05 de novembro de 2024.

JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÕES

ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-

OBJETO: CONFECÇÃO DE PLACAS EM INOX COM ESTOJO PARA HOMENAGENS DO LEGISLATIVO EM SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL.

De acordo com o disposto no artigo 75 e seguintes da Lei 14.133/21 assim como a suas alterações (Decreto nº 11.871, de 2023), a presente Dispensa de Licitação ficou aberta pelo período de 3 dias úteis no site do Portal Nacional de Contratações Públicas, aguardando interessados no fornecimento do produto ou prestação do serviço aqui mencionado. Dessa forma, cabe informar que não houve interessados em apresentar novos orçamentos. Sendo assim, o Agente de Contratações e a Equipe de Apoio analisaram a documentação relativa à Regularidade Fiscal da empresa que ofertou o menor e mais vantajoso valor para esta Câmara: FRANCINE CRISTINA GUICHO - CNPJ Nº 26.800.470/0001-23. A mesma foi considerada habilitada para a presente contratação.

São Sebastião do Paraíso 12 de Novembro de 2024.

ABDU FERREIRA

Agente de Contratação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 94/2024

Processo Administrativo nº 99/2024

Objeto: CONFECÇÃO DE PLACAS EM INOX COM ESTOJO PARA HOMENAGENS DO LEGISLATIVO EM SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Com base nas informações constantes no Processo Administrativo nº. 99/2024, referente à Dispensa de Licitação nº 94/2024, em cumprimento aos termos do Artigo 72, VIII e seguintes da Lei nº 14.133/21, **AUTORIZO** objeto do Processo acima especificado, tendo em vista que os valores estão condizentes com o praticado no mercado.

Para os fins e efeitos de direito, registre-se o presente, autuando-o e adotando-se as demais providências necessárias.

São Sebastião do Paraíso, 12 de Novembro de 2024.

JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS

Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o Aviso de Dispensa de Licitação, visando à " CONFECCÃO DE PLACAS EM INOX COM ESTOJO PARA HOMENAGENS DO LEGISLATIVO EM SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL", nos termos do art. 109 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, será publicado no dia 13/11/2024 no mural e no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, localizada na avenida Doutor José de Oliveira Brandão Filho, nº 445, Jardim Mediterranée, São Sebastião do Paraíso, contendo os elementos dispostos na Lei 14.133/21.

ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: COMPRA DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA P45 PARA REPOSIÇÃO NA COZINHA DA CÂMARA MUNICIPAL. O GLP P45 É UTILIZADO PARA FAZER O CAFÉ E OS CHÁS QUE SÃO SERVIDOS AOS FUNCIONÁRIOS E VEREADORES, ALÉM DO PÚBLICO EM GERAL QUE FREQUENTA AS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL.

De acordo com o disposto no artigo 75 e seguintes da Lei 14.133/21 assim como a suas alterações (Decreto nº 11.871, de 2023), a presente Dispensa de Licitação ficou aberta pelo período de 3 dias úteis no site do Portal Nacional de Contratações Públicas, aguardando interessados no fornecimento do produto ou prestação do serviço aqui mencionado. Dessa forma, cabe informar que não houve interessados em apresentar novos orçamentos. Sendo assim, o Agente de Contratações e a Equipe de Apoio analisaram a documentação relativa à Regularidade Fiscal da empresa que ofertou o menor e mais vantajoso valor para esta Câmara: COMERCIAL HAWAI DE GÁS E ÁGUA MINERAL LTDA - CNPJ Nº 22.033.898/0001-37. A mesma foi considerada habilitada para a presente contratação.

São Sebastião do Paraíso, 7 de novembro de 2024.

ABDU FERREIRA

Agente de Contratação

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 92/2024

Processo Administrativo nº 97/2024

Objeto: COMPRA DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA P45 PARA REPOSIÇÃO NA COZINHA DA CÂMARA MUNICIPAL. O GLP P45 É UTILIZADO PARA FAZER O CAFÉ E OS CHÁS QUE SÃO SERVIDOS AOS FUNCIONÁRIOS E VEREADORES, ALÉM DO PÚBLICO EM GERAL QUE FREQUENTA AS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL.

Com base nas informações constantes no Processo Administrativo nº 97/2024, referente à Dispensa de Licitação nº 92/2024, em cumprimento aos termos do Artigo 72, VIII e seguintes da Lei nº 14.133/21, **AUTORIZO** objeto do Processo acima especificado, tendo em vista que os valores estão condizentes com o praticado no mercado.

Para os fins e efeitos de direito, registre-se o presente, autuando-o e adotando-se as demais providências necessárias.

São Sebastião do Paraíso, 7 de novembro de 2024.

JOSÉ LUIZ DAS GRAÇAS

Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o Aviso de Dispensa de Licitação, visando à "**COMPRA DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA P45 PARA REPOSIÇÃO NA COZINHA DA CÂMARA MUNICIPAL. O GLP P45 É UTILIZADO PARA FAZER O CAFÉ E OS CHÁS QUE SÃO SERVIDOS AOS FUNCIONÁRIOS E VEREADORES, ALÉM DO PÚBLICO EM GERAL QUE FREQUENTA AS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL**", nos termos do art. 109 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, será publicado no dia **7/11/2024** no mural e no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, localizada na avenida **Doutor José de Oliveira Brandão Filho, nº 445, Jardim Mediterrané, São Sebastião do Paraíso**, contendo os elementos dispostos na Lei 14.133/21.